



MANUAL E BIBLIOGRAFIA

trilha do VOTO

De 518 anos desde a colonização do Brasil, quanto tempo a população pôde escolher quem manda? Descubra por onde seu voto andou antes de chegar até aqui. Neste jogo, iremos aprender como os mecanismos eleitorais afetaram e ainda afetam o cenário atual do nosso país.

Jogadores: 2 a 6 | **Duração:** 30 minutos

Contém: 48 cartas com dados históricos (sendo 3 cartas-bônus), 6 marcadores para o Errômetro, 1 tabuleiro e 1 manual

A história da Democracia brasileira é recheada de contradições e eventos pouco conhecidos. No jogo **Trilha do Voto iremos desvendar algumas das regras que foram impostas desde a colonização do território brasileiro até os dias atuais, por vezes aumentando - ou diminuindo - a concentração de poder, e fortalecendo - ou enfraquecendo - a participação social.**

REGRAS

Jogadores devem se unir para vencer o tabuleiro, decifrando como o processo do voto aconteceu no Brasil e demonstrando que são donos(as) de sua história. Cada carta representa a primeira vez que ocorreu um evento específico e deverá ser posicionada corretamente no tabuleiro de forma a completar a linha do tempo.

Somente uma pessoa joga por vez e o objetivo de cada jogada é posicionar, adequadamente, a carta na trilha do tempo até as eleições de 2018.

Para fazer isso, na sua vez, a pessoa deve pegar uma carta e saber em qual período ela se encaixa (do início até o primeiro marco histórico, ou entre o primeiro e o segundo e assim sucessivamente, até o final). Ao escolher qual carta vai colocar na trilha, a pessoa deve ler o seu título em voz alta e então posicioná-la, após isso, ela pode virar a carta e descobrir se a sua resposta está correta. Aqueles que completarem o tabuleiro sem preencher todo o marcador do “Errômetro”, vencem o jogo. Toda vez que jogadores errarem a posição da carta, um ponto deve ser acrescentado no “Errômetro”. Caso o “Errômetro” se complete antes do tabuleiro ser preenchido, perde-se o jogo.

COMO JOGAR:

- Distribua cinco cartas para cada participante e posicione o restante do baralho no tabuleiro. Não esqueça de separar as cartas de bônus;
- Os marcos (amarelos) de fatos históricos no tabuleiro representam eventos marcantes da história brasileira e orientarão onde jogadores devem colocar suas cartas de eventos. A linha do tempo deve ser respeitada da esquerda para a direita em ordem cronológica, de 1500 até os dias de hoje;
- Ao receber as suas cartas, cada jogador(a) deve mantê-las viradas com a **data para baixo**. Se alguma carta for desvirada antes da hora, coloque-a como a última carta do baralho e pegue outra, da parte de cima.



ATENÇÃO:

Alguns eventos podem nunca ter acontecido, se for o caso, estes devem ser descartados no espaço “X” do tabuleiro.



NA SUA JOGADA, SÃO PERMITIDOS DOIS MOVIMENTOS:

A. Posicionar uma carta de evento em uma das três linhas, virando-a logo após colocá-la na marcação escolhida para descobrir se a posição está correta.

NO CASO DE ACERTO: Parabéns! Vocês estão mais perto de ganhar o jogo. Compre mais uma carta e a partida segue em **sentido horário**.

NO CASO DE ERRO: Não foi dessa vez! Adicione um marcador no **Errômetro**, retire a carta do tabuleiro, misture-a no baralho, pegue outra e a partida segue em **sentido horário**.

B. Descartar eventos que não existem, se você acredita que alguma carta na sua mão nunca existiu, ou nunca foi formalizada, descarte-a na pilha dos não existentes com a resposta para cima.

NO CASO DE ACERTO: Muito bem! Se houver algum marcador no Errômetro, vocês podem tirar um único marcador. Ao final, **compre mais uma carta**.

NO CASO DE ERRO: Retire a carta da pilha dos não existentes e misture-a no baralho, pegue outra e adicione um marcador no **Errômetro**.



AO FINAL DE SUA VEZ, CADA PARTICIPANTE DEVE TER SEMPRE 5 CARTAS NA MÃO;



Toda vez que uma das três linhas do tabuleiro é completada por inteira, jogadores destravam o bônus e adquirem uma informação histórica correspondente à época e o poder de cada um olhar a data de uma carta de sua mão.

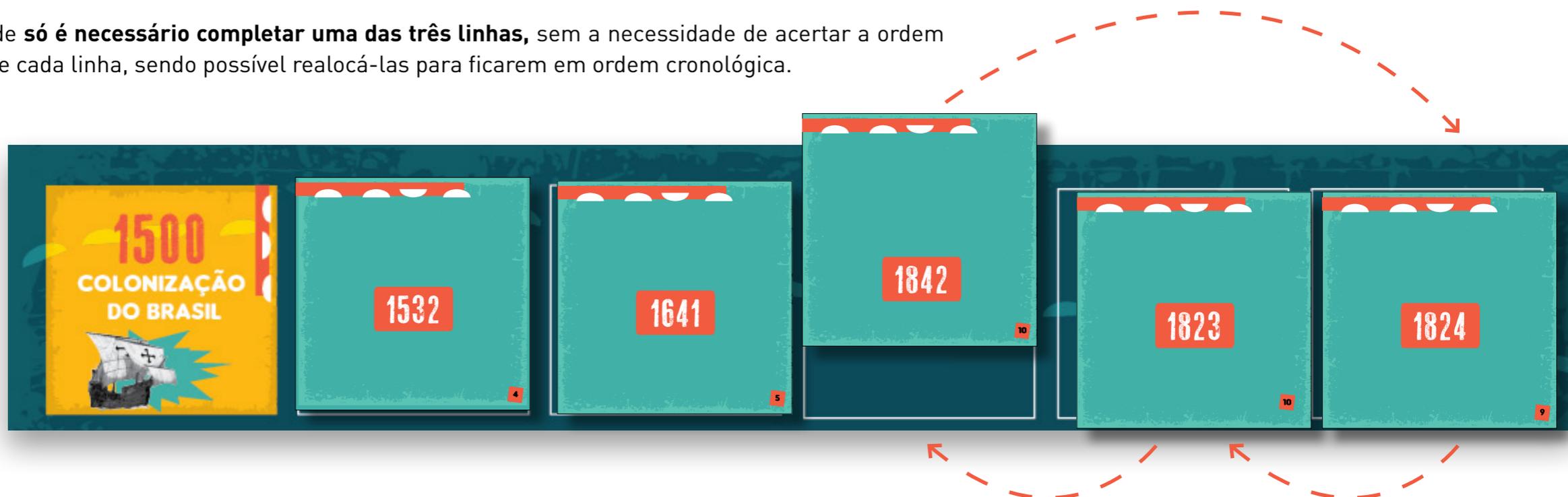
ATENÇÃO: SÓ É PERMITIDO OLHAR UMA VEZ, então tenha atenção e memorize!



MODOS DE DIFICULDADE

AMADOR(A):

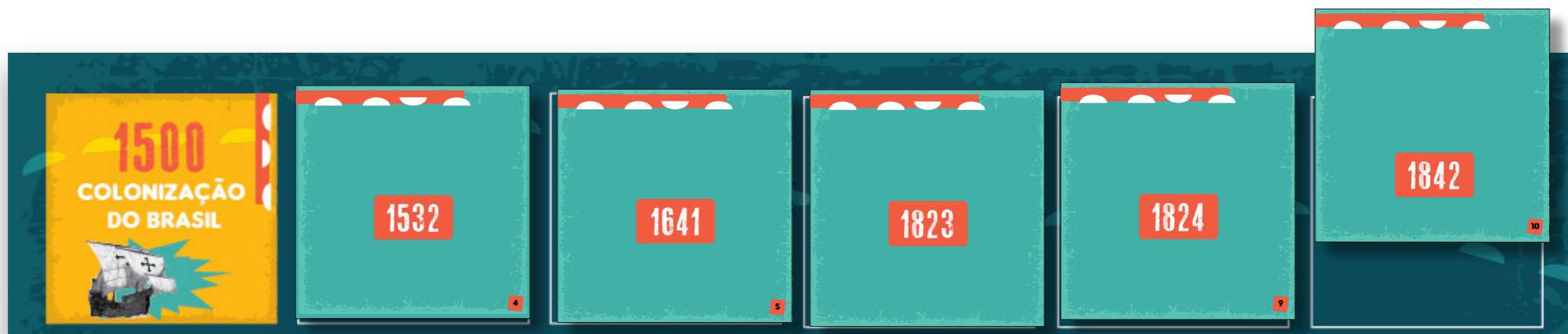
Nessa modalidade **só é necessário completar uma das três linhas**, sem a necessidade de acertar a ordem entre as cartas de cada linha, sendo possível realocá-las para ficarem em ordem cronológica.



MESTRE(A):

Nessa categoria, jogadores devem **acertar a sequência cronológica** também entre as cartas de cada linha, **não sendo autorizado realocar** as cartas que foram colocadas, se estiverem corretas. Somente nesta categoria, é permitido que o jogador, ao perceber que há uma carta em sua mão que não pode ser encaixada no tabuleiro (porque a posição já está preenchida), **possa dizer isso em voz alta, virar a carta para conferir, e, estando certo, colocá-la por último no baralho e comprar outra carta.**

EM CASO DE ERRO, a pessoa deve colocar um marcador no Errômetro, misturar a carta no baralho e, por fim, comprar outra.



PERGUNTAS PARA APOIAR AS DISCUSSÕES PÓS-JOGO:

- Ao longo da nossa história, desde quando você acha que a tomada de decisão começou a ser influenciada pela maior parte da população brasileira?
- Quais informações te chamaram a atenção e que você considera fundamentais para serem passadas para frente?
- Depois de jogar, como você acha que os eventos históricos mencionados contribuíram para agravar a desigualdade brasileira?
- Com uma democracia tão recente como a nossa, você considera que o Voto Facultativo poderia ser uma boa ferramenta para ampliá-la?
- Se não, quais outros mecanismos você considera interessantes para fortalecer a cidadania brasileira?

MATERIAL DE APOIO

Nesse processo histórico muitos outros eventos acabaram por determinar o atual cenário brasileiro. Hoje, o voto é considerado a principal ferramenta para garantir a soberania do povo, porém, existem ainda muitos entraves no caminho para garantir o acesso da população brasileira à cidadania.

Apesar de termos conquistado nossos direitos políticos, os direitos civis e sociais ainda passam por um processo de conquista no Brasil*.

“Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade. Como a garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso - a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis -, de não ser condenado sem processo legal regular”.

“Direitos sociais são a base para garantir a cidadania, incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria”.

“Direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Em geral, quando se fala de direitos políticos, é do direito do voto que se está falando.”

Durante o processo de construção e desenvolvimento da sociedade brasileira, vários pensadores e intelectuais trataram da temática da manutenção dos que estão entre as classes que dominam os recursos políticos, econômico, detentora das terras e das instâncias de poder no país. Desde 1822, passando por 1850, 1888-89-91, 1930-45, 1964, 1985-88 os grupos detentores desse poder, em meio a uma agitação política e social realizaram mudanças para manterem as coisas como estavam.

O Brasil apresenta uma singularidade em relação a construção da cidadania tradicional, analisada por T. H Marshall. Na Inglaterra os direitos civis são conquistados e estimulam a conquista dos direitos políticos e sociais. Aqui esse caminho é tortuoso, como mostra Carvalho. Os direitos políticos saem na frente, mas só para alguns, com a estrutura formada na Constituição pós independência, em 1824, com voto e representação para quem era detentor de terras. Os direitos civis também eram parciais, afinal a liberdade de pensamento, de ir e vir entre outras estavam restringidas aos homens livres, mesmo eles em partes, já que muitos eram subordinados por relações de apadrinhamento com os Senhores de terras.

BIBLIOGRAFIA

CARTAS BÔNUS:

1500 | COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Fonte: Consulta ao TSE com base na L.A.I., pesquisa nº 547/2018.

1888 | ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Fontes:

- FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. *Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. Educação e Realidade*, Porto alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

- Consulta ao TSE com base na L.A.I., pesquisa nº 547/2018.

- Recenseamento do Brasil em 1872, pág. 3. IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf> Acesso em 13 jul. 2018.

1964 | INÍCIO DA DITADURA MILITAR

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

CORREA, Marcello. O Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. O Globo. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais->

CARTAS EVENTOS:

1532 | PRIMEIRA ELEIÇÃO INDIRETA NO BRASIL

Fonte: Checar consulta ao TSE com base na L.A.I., pesquisa nº 555/2018.

Brasil foi o primeiro país americano a fazer eleições, em 1532, para a Câmara de São Vicente. Senado Notícias. 2006. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/09/22/brasil-foi-o-primeiro-pais-americano-a-fazer-eleicoes-em-1532-para-a-camara-de-sao-vicente>> Acesso em 14 jul, 2018.

1641 – ELEIÇÃO DO 1º REI DE SÃO PAULO

Fonte: *A História Do Quase Rei De São Paulo*. 2013. Disponível em: <<http://www.saopauloinfoco.com.br/historia-quase-rei-de-sao-paulo/>> Acesso em 13 ago. 2018.

ATÉ 1821 | FIM DA VIGORAÇÃO EXCLUSIVA DAS ORDENAÇÕES FILIPINAS

Fonte: Pesquisa 546 e 547 - resposta TSE

1821 | PRIMEIRA ELEIÇÃO GERAL INDIRETA

Fonte: Pesquisa 546 e 547 - resposta TSE

História das eleições no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/historia>> Acesso em 13 ago. 2018.

Você sabia? As primeiras eleições no Brasil. Disponível em: <<http://www.turminha.mpf.mp.br/eleicoes/turminha-nas-eleicoes-2012/voce-sabia/as-primeiras-eleicoes-no-brasil>> Acesso em 13 ago. 2018.

1823 | ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA PRIMEIRA CONSTITUINTE BRASILEIRA

Fonte: GOMES, M. E. *A Constituição de 1988, 25 anos, A Construção da Democracia & Liberdade de Expressão: O Brasil antes, durante e depois da Constituinte* - pg. 38. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

O Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/oimperio.html>> Acesso em 13 ago. 2018

Fonte 2: Pesquisa 546 e 547 - resposta TSE

1824 | CRIAÇÃO DO MODELO BICAMERAL PARA O LEGISLATIVO

SURGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL, FORMADA PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO

A Assembleia Geral (formada pela Câmara dos Deputados e Senado) surge com a CF de 1824. Os senadores eram eleitos pelas províncias e eram vitalícios, diferente dos Deputados que eram temporários.

Fonte: BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

Art. 40. O Senado é composto por membros vitalícios, por eleição provincial.

1842 | PROIBIÇÃO DO VOTO POR PROCURAÇÃO

Fonte: “*Conheça a história do voto no Brasil*”. Portal da Câmara dos Deputados Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/93439-CONHECA-A-HISTORIA-DO-VOTO-NO-BRASIL.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.

1881 | OBRIGATORIEDADE DO TÍTULO DE ELEITOR

Lei Saraiva

Fonte: *Eleições no Brasil uma história de 500 anos*. Lei Saraiva. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>>. Acesso em 13 ago. 2018.

1881 | ESTABELECIMENTO DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DIRETAS

Fonte: *História das Eleições no Brasil*. Portal do Governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/historia>> Acesso em 13 ago. 2018.

1881 | ANALFABETO PERDE O DIREITO DE VOTAR

Fonte: Pesquisa 546 e 547 - resposta TSE

LEÃO, Michele de . Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 602-615, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/articles/view/30737>

Série Inclusão: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República Portal do TSE. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em 13 ago. 2018.

1888 | VOTO DE PESSOAS QUE FORAM ESCRAVIZADAS

Fonte/explicação:

Muitos historiadores fazem uma conexão entre essa lei e a abolição, tendo em vista que a grande massa de negros egressos do cativeiro era de analfabetos, e que estariam, assim, excluídos do processo eleitoral.

Fonte:

Série Inclusão: antes excluídos, hoje índios e negros participam ativamente do processo eleitoral. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-antes-excluidos-hoje-indios-e-negros-participam-ativamente-do-processo-eleitoral>>. Acesso em 13 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

A Constituição de 1824 proibia o voto dos libertos (Art. 94).

1889 | FIM DO MANDATO LEGISLATIVO PARA A VIDA TODA

Fonte: *O Senado no Império*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/documentos/sobre-o-senado/historia/o-senado-no-imperio>>. Acesso em 13 ago. 2018. Dicionário do Voto

1891 | FIM DO VOTO CENSITÁRIO

Fonte: *Eleições no Brasil : uma história de 500 anos / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira*. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2014. p. 27 e 28

Eleições no Brasil - Uma História de 500 anos. 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tse-eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2018.

1891 | CRIAÇÃO DO SISTEMA PRESIDENCIALISTA

Atribuiu ao Congresso Nacional a competência de legislar sobre o processo eleitoral para os cargos federais em todo o país, deixando aos estados a responsabilidade para regulamentar as eleições estaduais e municipais.

Fonte: Veja a linha do tempo das eleições no Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/149995.html>>. Acesso em 13 ago. 2018.

Eleições no Brasil: Uma história de 500 anos / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

1896 | VOTO A DESCOBERTO

Trecho da lei: “Art. 8º Será lícito a qualquer eleitor votar por voto descoberto, não podendo a mesa recusar-se a aceitá-lo”. Lei nº 426, de 7 de dezembro de 1896

Fonte: Eleições no Brasil: Uma história de 500 anos / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

1932 | CRIAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Fonte: *A história da justiça eleitoral no Brasil* - TRE/RN. Disponível em: <<http://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/tre-rn-a-historia-da-justica-eleitoral-no-brasil>>.

Acesso em 13 ago. 2018.

Fonte descrição: *História das eleições no Brasil*. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/historia>> Acesso em 13. ago. 2018.

1932 | CONFIRMAÇÃO DEFINITIVA QUE O VOTO DEVE SER SECRETO

Fonte: Pesquisa 543 - resposta TSE

A história do voto no Brasil – da primeira eleição ao voto secreto - Bloco 1. 2014.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/473077-A-HISTORIA-DO-VOTO-NO-BRASIL-%E2%80%93-DA-PRIMEIRA-ELEICAO-AO-VOTO-SECRETO-BLOCO-1.html>> Acesso em 13 ago. 2018.

1932 | VOTO PROPORCIONAL

Fonte: A partir dos votos apurados para determinada legenda, as vagas nas casas legislativas serão preenchidas pelos candidatos mais votados da lista do partido ou coligação, até o limite das vagas obtidas, segundo o cálculo do quociente partidário e distribuição das sobras.

Fonte: Primeiro Código Eleitoral brasileiro foi instituído há 84 anos (atualizada). 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Fevereiro/justica-eleitoral-completa-84-anos-nesta-quarta-feira-24>>. Acesso em 13 ago. 2018.

1934 | DIREITO AO VOTO PARA MULHERES QUE EXERCIAM FUNÇÃO PÚBLICA REMUNERADA

Fonte: TSE pesquisa 543

Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em 13 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 18 ago. 2018.

1935 | OBRIGATORIEDADE DO VOTO

Fonte: *Eleições no Brasil: Uma história de 500 anos* / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2014. p.46

1937 | EXCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL DENTRE OS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

Fonte: Eleições no Brasil: Uma história de 500 anos / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

1945 | RESTABELECIMENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Fonte: Eleições no Brasil: Uma história de 500 anos / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

1963 | PRIMEIRO REFERENDO –

Fonte: Pesquisa 449 TSE

Plebiscito e Referendo na história do Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br/noticia/plebiscito_e_referendo_na_historia_do_brasil>. Acesso em 13 ago. 2018.

No plebiscito de 1963, Brasil derruba parlamentarismo e devolve poderes a Jango. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>>. Acesso em 13 ago. 2018.

1976 | PROIBIÇÃO DO DEBATE POLÍTICO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA ELEITORAL RESTRINGIDA

Lei Falcão (Lei nº 6.339/76)

Fonte: História das eleições no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/historia>>. Acesso em 13 ago. 2018.

1977 | SENADOR BIÔNICO

1/3 DO SENADO ESCOLHIDO POR LISTA DO GOVERNO MILITAR

A Emenda Constitucional nº 8/77

Fonte: História das eleições no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/historia>>. Acesso em 13 ago. 2018.

A Emenda Constitucional nº 15 restabeleceu, em 19 de novembro de 1980, a eliminação da figura do senador biônico.

1979 | ANISTIA E ABERTURA PARA CRIAR NOVOS PARTIDOS

Lei nº 6.683/79 e nº 6.767/79

Fonte:

BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 DE DEZEMBRO DE 1979 - Alteração da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 5682/71). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

Acesso em 13 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.683, 28 DE AGOSTO DE 1979 - Lei da Anistia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6683-28-agosto-1979-366522-norma-pl.html>>. Acesso em 13 ago. 2018.

1982 | ABERTURA DE ELEIÇÃO DIRETA PARA GOVERNADOR E SENADOR

Fonte:

BRASIL. LEI Nº 6.978, DE 19 DE JANEIRO DE 1982. Estabelece normas para a realização de eleições em 1982, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6978-19-janeiro-1982-356689-publicacao-original-1-pl.html>> Acesso em 13 ago. 2018.

BRASIL. LEI Nº 7.015, DE 16 DE JULHO DE 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7015.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

Lei 6978/82 e Lei 7015/82

1982 | VOTO VINCULADO

O ELEITOR DEVERIA ESCOLHER CANDIDATOS DO MESMO PARTIDO PARA TODOS OS CARGOS EM DISPUTA, SOB PENA DE ANULAR O VOTO

Fonte:

BRASIL. LEI Nº 6.978, DE 19 DE JANEIRO DE 1982. Estabelece normas para a realização de eleições em 1982, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6978-19-janeiro-1982-356689-publicacao-original-1-pl.html>> Acesso em 13 ago. 2018.

BRASIL. LEI Nº 7.015, DE 16 DE JULHO DE 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7015.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

Lei 6978/82 e Lei 7015/82

1985 | VOLTA DO DIREITO DAS PESSOAS ANALFABETAS AO VOTO

Em 1985 a Emenda Constitucional nº 25 à Constituição de 1967 os analfabetos não tinham o direito de votar, vivendo à margem da democracia no país.

O voto do analfabeto chegou a existir durante o período colonial e o Império, até ser abolido em 1881. Essa exclusão perdurou por todas as constituições do período republicano, muito embora tenha havido ao longo das décadas e dos sucessivos regimes diversas tentativas de restabelecer esse direito. Somente 104 anos depois do banimento dos analfabetos da democracia, essa parcela considerável de brasileiros pôde voltar a exercer plenamente a sua cidadania, ajudando a escolher seus governantes.

Fonte: Emenda Constitucional de 1985 garantiu o direito ao voto aos eleitores analfabetos. 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/constituicao-de-1985-garantiu-o-direito-ao-voto-aos-eleitores-analfabetos>>. Acesso em 13 ago. 2018.

1988 | CONSTITUINTE CIDADÃ

Fonte:

Eleições no Brasil: Uma história de 500 anos / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

1989 | VOLTA DAS ELEIÇÕES DIRETAS

Fonte: 1989: *Uma eleição histórica*. 2014. Disponível em: <https://istoe.com.br/385733_1989+UMA+ELEICAO+HISTORICA/>. Acesso em 13 ago. 2018.

1996 | IMPLANTAÇÃO DA URNA ELETRÔNICA

BRASIL FOI O PIONEIRO NO USO DA URNA ELETRÔNICA

Fonte:

BRASIL. LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

Veja como funciona a urna eletrônica no Brasil e em outros países. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veja-como-funciona-a-urna-eletronica-no-brasil-e-em-outros-paises,10000002427>>. Acesso em 13 ago. 2018.

1993 | PRIMEIRO PLEBISCITO NACIONAL

Fonte: Consulta ao TSE com base na L.A.I., pesquisa nº 449/2018

1998 | REGULAMENTAÇÃO DO PLEBISCITO E DO REFERENDO

Consultas públicas para que a população decida sobre tema de interesse público. O referendo serve como instrumento de consulta depois que projeto já foi elaborado, já o plebiscito é uma ferramenta para aprovar ou rejeitar determinada lei antes de sua elaboração. - Lei nº 9.709/1998

Previsto na Constituição Federal de 1988, apenas dez anos depois teve seu dispositivo regulamentado. Fonte: Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9709.htm>. Acesso em 13 ago. 2013.

2005 | REFERENDO DAS ARMAS

Fonte: Consulta ao TSE com base na L.A.I., pesquisa nº449/2018.

2009 | OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS A CHEFE DO EXECUTIVO

Fonte: Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Art. 11º, Parágrafo 1º, Inciso IX. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

2015 | FIM DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHA

ADI 4650 - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE de 2015

Fonte: Como ficam as campanhas após fim do financiamento privado. 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/como-ficam-as-campanhas-apos-fim-do-financiamento-privado/>>. Acesso em 13 ago. 2018.

Acompanhamento processual da ADI 4650. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=4650&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em 13 ago. 2018.

2018 | SUSPENSÃO DA CONFIRMAÇÃO IMPRESSA DO VOTO ELETRÔNICO

“Registrada a escolha na urna eletrônica, uma impressora ao lado mostra o nome e o número do candidato votado. Esse boletim poderá ser verificado pelo votante e o processo só será finalizado quando o eleitor confirmar a correspondência entre o voto eletrônico e o registro impresso. Caso os dados não batam, o mesário deverá ser avisado. O eleitor não levará o comprovante do voto para casa, nem terá acesso ao papel impresso. O registro impresso será depositado em local previamente lacrado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, para garantir o total sigilo do voto. Em caso de suspeita de fraude, a Justiça Eleitoral poderá auditar votos, comparando o que foi registrado na urna eletrônica e o que foi depositado na urna física”.

Fonte: Voto impresso começa a valer em 2018, mas já é alvo de críticas. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/23/voto-impresso-comeca-a-valer-em-2018-mas-ja-e-alvo-de-criticas>> Acesso em 13 ago. 2018. Consulta ao TSE com base na L.A.I., pesquisa nº555/2018



NÃO EXISTE | VOTO FACULTATIVO PARA TODOS OS CIDADÃOS

Fonte: Jovens de 16 Ganham Direito de Votar. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/jovens-de-16-ganham-direito-de-votar>>. Acesso em 13 ago. 2018.

Eleições no Brasil: Uma história de 500 anos / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 14. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

NÃO EXISTE | DIREITO AO VOTO DE PESSOAS CONDENADAS PELA JUSTIÇA

Temos uma das maiores populações encarcerada do mundo, se a taxa de prisões continuar no mesmo ritmo, um em cada 10 brasileiros estará atrás das grades em 2075.

De acordo com o artigo 15 da Constituição Federal de 1988:

É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

Fonte: Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>>. Acesso em 13 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 15. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

Fonte Dados: Brasil tem 4ª maior população carcerária do mundo, diz estudo do MJ. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/23/prisoas-aumentam-e-brasil-tem-4-maior-populacao-carceraria-do-mundo.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 13 ago. 2018.

Quase 6 mil presos provisórios e menores infratores votarão nas eleições. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-09/quase-6-mil-presos-provisorios-e-menores-infratores-votarao-nas-eleicoes>>. Acesso em 13 ago. 2018.

NÃO EXISTE | FIM DA ANULAÇÃO DA ELEIÇÃO POR MAIORIA DE VOTO NULO

Fonte: TRE

Votos nulos e brancos não anulam o pleito. 2014. Disponível em: <<http://www.tre-df.jus.br/imprensa/noticias-tre-df/2014/Agosto/votos-nulos-e-brancos-nao-anulam-o-pleito>>. Acesso em 13 ago. 2018.

NÃO EXISTE | VOTO EM BRANCO É VÁLIDO E CONTABILIZADO PARA O CANDIDATO VENCEDOR

Voto em branco. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/glossario/termos/voto-em-branco>>. Acesso em 13 ago. 2018.

CNJ Serviço: entenda a diferença entre votos brancos e nulos. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83528-cnj-servico-entenda-a-diferenca-entre-votos-brancos-e-nulos>>. Acesso em 13 ago. 2018.

Votos nulos e brancos não anulam o pleito. Disponível em: <<http://www.tre-df.jus.br/imprensa/noticias-tre-df/2014/Agosto/votos-nulos-e-brancos-nao-anulam-o-pleito>>. Acesso em 13 ago. 2018.

NÃO EXISTE | VOTO EM LISTA FECHADA

Fonte: Voto em lista fechada e o sistema de grande parte das novas democracias. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,voto-em-lista-fechada-e-o-sistema-de-grande-parte-das-novas-democracias,70001709885>>. Acesso em 13 ago. 2018.

NÃO EXISTE | ELEIÇÃO POR SORTEIO

Fonte: O uso do sorteio na política: para uma nova democracia. 2013. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/o-uso-do-sorteio-na-politica-para-uma-nova-democracia/>>. Acesso em 13 ago. 2018.

NÃO EXISTE | VOTO DISTRITAL

Foi aprovado o voto distrital misto pelo senado mas atualmente ainda está em trânsito, no PL-9212/2017, na câmara dos deputados.

Fonte: Impasse em torno de voto distrital misto leva ao encerramento de reunião da CCJ. 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/556463-IMPASSE-EM-TORNO-DE-VOTO-DISTRITAL-MISTO-LEVA-AO-ENCERRAMENTO-DE-REUNIAO-DA-CCJ.html>>. Acesso em 13 ago. 2018.

Voto Distrital Misto. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/voto-distrital-misto>>. Acesso em 13 ago. 2018.